

PRIVATIZAÇÃO: O QUE OS ESTUDOS NOS DIZEM

Vinicius Longo Rodrigues^a, Karen Menger da Silva Guerreiro^b

^a Acadêmico no Curso de Administração do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

^b Doutora em Administração, professora do Centro de Negócios da FSG.

Palavras-chave:

Privatização. Neoliberalismo.
Revisão Sistemática.

Resumo

O presente artigo procurou por meio da revisão sistemática, elencar o que os estudos científicos nos trazem a respeito do tema privatização, um tema que se mostrou bastante atual e polêmico. A temática que envolve grande complexidade, mistura inúmeros aspectos, entre os principais, as questões sociais, econômicas e culturais em todas as suas linhas de raciocínio. O estudo objetivou aprofundar-se em cada um destes aspectos, afim de criar uma confiável fonte de informações para criar delimitações a respeito do tema. Após a análise conclui-se de forma clara que não há uma teoria lógica que rege o tema privatização, todos os aspectos precisam ser analisados imparcialmente para entender todo o cenário amplo e multifacetário que cerca o mundo das privatizações. Pondera-se ainda uma análise quantitativa a respeito do comportamento das publicações dentro do período analisado, que expõe a existência de uma correlação entre as publicações científicas e o contexto político-econômico brasileiro ao longo da história.

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais temas de embates políticos e econômicos atuais entre governo, sociedade, empresários e trabalhadores em geral é discussão de qual ou quais são as melhores formas e estratégias para se gerir os bens. Inúmeros são os questionamentos levantados, a máquina pública é eficiente? Precisa de aporte financeiro e parcerias com a iniciativa privada? O Estado ao entregar para o domínio privado setores estratégicos e de infraestrutura, permite que os preços aumentem e a desigualdade social piore? Optar por privatizar, conceder ou manter nas mãos do estado? O que é melhor? São alguns dos questionamentos e entraves deste complexo e importante tema para a sociedade brasileira.

Atualmente estimasse que o Brasil tenha mais de 400 empresas estatais divididas entre as três repartições federativas, os municípios, os estados e a república federal.

Há mais de três décadas o tema privatização é questão de discussão pelos governos em todos os âmbitos, tendo nesse enredo aspectos de aprovação e rejeição para cada líder do poder executivo que o coloca em debate. Esse é um processo considerado comum em muitos países e que no Brasil teve seu início anterior ainda aos anos 90 porém foi junto ao governo Collor que o país teve seu primeiro programa de privatizações. A partir da década de 90 em todo mundo houve uma onda de desestatizações, resultado das diretrizes indicadas pelo consenso de Washington, um conjunto de ideias, compartilhadas pelas principais entidades econômicas da época como o FMI e o Banco Mundial e defendida por diversos economistas mundiais. Tais ideias tinham como base uma política economia neoliberal, ou seja, visavam diminuir a intervenção do estado sobre a economia. No Brasil, porém foi somente no governo de Fernando Henrique Cardoso que essa política tomou proporções maiores e estima-se que durante esse período o Brasil arrecadou mais de 70 bilhões de dólares em privatizações.

Os governos que praticam essa ação se aparam na justificativa de um maior crescimento econômico tendo em vista as limitações que uma empresa estatal possui e ainda que tal medida contribui para o ajuste e adaptabilidade das contas públicas a realidade econômica de cada país.

Não por menos, atualmente há um enorme embate a respeito da questão, em virtude da falência de múltiplos estados brasileiros, sendo assim o governo federal obrigou-se a criar uma série de medidas a fim de melhorar a eficiência da máquina pública e fomentar as economias estaduais. Para isso determina que os estados em déficit com a união que precisam aderir ao regime de recuperação fiscal, privatizem inúmeras instituições, criando assim um cenário de amplo debate e análises profundas aos benefícios e malefícios das privatizações.

Além dos aspectos elencados, há um fator político por trás desta abordagem, em um país multipartidário como o Brasil, existem diversas ideologias econômicas, entre direita e esquerda, que fazem que a cada período eleitoral os caminhos das estatais sejam botados em pauta e consequentemente venham a impactar na política econômica Brasileira.

Ao fundo o que se revela diante do tema de privatizações é um conglomerado de fatores que necessitam ser analisados minuciosamente, dentro deles porém fica evidente que os principais embates giram em torno dos impactos econômicos e sociais gerados pela desestatização. Alguns fatores são primordiais para a escolha de se privatizar ou não, mas se a opção for pela primeira, o que pode resultar em um bom processo de privatização, é o fato dele não estar apenas baseado no resultado imediato que gera ao governo, a entrada de capital logo após dizimada a venda, mas sim no resultado a médio e longo prazo onde as portas que

se abrem para que com o abono financeiro que o processo traz, o governo possa de forma eficaz investir em áreas depreciadas e que tragam uma melhor infraestrutura ao país com o passar dos anos e com isso preencham algumas lacunas históricas como o saneamento básico.

Diante deste amplo cenário, a privatização poder ser vista com um tema complexo e polêmico, com as mais diversas teses, argumentações e julgamentos. Este estudo procurou através da revisão sistemática, analisar e comparar o conteúdo de inúmeros artigos publicados no Brasil ao longo das duas últimas décadas, afim de traçar uma linha de ligação entre os trabalhos analisados, evidenciar pontos chaves e de destaque no tema, além de criar uma confiável fonte de dados para tomar delimitações pertinentes as privatizações e qual o seu impacto na vida das social e econômica das pessoas e das empresas na sociedade brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo a seguir procura através de fundamentos já estudados e explanados por diversos autores de renome da literatura, contextualizar tudo que está envolto ao tema privatização por meio de elementos históricos, e a própria experiência textual de tais autores, objetivando o maior entendimento da temática e servir de base para futura delimitações.

2.1 O neoliberalismo

Não é possível precisar efetivamente uma data onde nasceu o termo neoliberalismo, porem sabe-se que muito do que ele defende vem do antigo liberalismo clássico que tem seu surgimento em meados ao século XVII e XVIII, principalmente com as teorias do renomado economista Adam Smith. Todavia para muitos estudiosos o neoliberalismo em si, ganhou força após a queda do muro de Berlim, que para Holanda (2001) espantou para longe o fantasma do socialismo e definiu uma “Nova Ordem mundial” baseada em um novo e moderno modelo do já antigo e praticado liberalismo. As ideias neoliberais vinham para melhorar os pontos em que o liberalismo clássico não alcançou êxito, a exemplo disso para os liberais clássicos a igualdade social deveria prevalecer na sociedade, já para os pensadores neoliberais defendiam que essa igualdade era de fato necessária porem somente perante a lei, de resto, a sociedade deveria harmonicamente atuar em cima da meritocracia.

De fato, o neoliberalismo surgiu com força após a década de 70, impulsionado pela crise do petróleo, onde a mesma botou em xeque o sistema econômico de diversos estados que após

a segunda grande guerra mantinham uma doutrina capitalista, porém com uma maximização do estado perante a economia.

Para McChesney apud Chomsky (2004), o neoliberalismo, é um sistema político e econômico que tenta dar há um pequeno número de pessoas e organizações o controle de todas as outras, visando sempre ampliar os benefícios individuais de cada parte, além disso não se trata apenas de uma doutrina dos governos de extrema direita, e sim uma doutrina que mundialmente foi adotada por todos os líderes de estado, inclusive os da tradicional esquerda.

Em tese os sistemas neoliberais batem de frente com o estado do bem-estar social, e com as teorias “keynesianas” de uma economia mista, de forma que defende a mínima participação do governo perante a economia monetária e a inflação, prezam pela contenção de gastos sociais por parte do estado, e lutam fortemente pela total liberdade economia e política. Para Villarreal (1984, p.108) neoliberalismo tem a seguinte definição:

A conclusão se estende mais além do campo econômico, até o ponto em que se afirma que a ação do setor público destruirá a prosperidade conseguida graças ao sistema de mercado livre e que, além disso destruirá a liberdade humana. O Estado, portanto, deve desaparecer[...]O mercado livre, a livre empresa e o comércio internacional livre, juntamente com uma política monetária restritiva [...] são os requisitos para o funcionamento ótimo do sistema capitalista. As funções que estariam assim reservadas ao Estado seriam a de defesa da nação contra inimigos externos e a proteção dos cidadãos contra abusos de seus concidadãos.

2.2 Privatização e Desestatização

Para entender melhor o conceito de privatização ou desestatização, é necessário inicialmente nos remetermos as diferenças entre o que é uma empresa de competência estatal ou pública, uma empresa privada, ou ainda assim de economia mista, para as empresas públicas e mistas a Legislação Federal lei de número 13.303, de 30 de junho de 2016, (Brasil, 2016 p. 01) define in verbis:

Art. 3º: Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios[...]Art. 4º: Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

Já as empresas privadas são aquelas que não estão em do poder do Estado, ou seja, o indivíduo ou os indivíduos que são proprietários possuem todos os direitos sobre elas, toda via

é obrigação da organização o pagamento de impostos ao estado, em função da receita gerada por ela.

Relatado as diferenças entre os modelos de empresas existentes na constituição brasileira, o entendimento do ato da privatização se torna mais explícito e simplório, esta ação é o processo pelo qual se dá a venda de empresas públicas ou a transferência do controle acionário majoritário de empresas de economia mista para organizações, investidores ou corporações nacionais e multinacionais de capital privado, Filho (2002, p.114) explica o ato:

Privatização é um conceito amplo, que comporta várias formas. Consiste, basicamente em reduzir o tamanho do Estado e fortalecer a iniciativa privada, bem como adotar, na gestão dos serviços públicos, técnicas e meios próprios do setor privado. Isso implica transferência a este de atividade até então afeta ao setor público ou de ações pertencentes ao Estado componentes do capital de empresa de que ele era detentor majoritário. Significa, em outras palavras, desnacionalizar, desestatizar.

No âmbito legislativo e judiciário o ato de privatizar adota uma maior complexidade, na maioria dos casos o ato é gerido pela lei federal nº 8.666 de junho de 1993 que determina o modo que o bem público será alienado ao ente particular, entretanto a legislação também prevê a criação de leis e dispositivos legais como contratos para casos específicos, sucessíveis a aprovação legislativa, e ainda verificando sua legalidade jurídica por ação popular ou ação civil pública.

É possível ainda fazer uma diferenciação entre os termos privatização e desestatização para Filho apud Pinto (2009, p.1) essa diferenciação é caracterizada como:

[...]o conceito de desestatização possui um caráter ideológico, no sentido de ter-se tornado um fim perseguido pela sociedade contemporânea. Constitui, de outro lado, um amplo movimento da sociedade e contemporânea em direção a mais democracia e maior autonomia para decidir seus próprios destinos, sem a tutela onipresente do Estado. Com esse significado, possui um sentido mais amplo que contém as noções de privatização e desregulamentação. Enquanto a desestatização, como fim perseguido, situa-se no terreno ideológico deste final de século, privatização e desregulamentação situam-se no campo da realidade concreta, objetiva pelo direito, consubstanciado nos atos e leis decorrentes.

Desestatização ou privatização são termos multifacetários e amplos que podem ser resumidos como o ato o de transferir a obrigação do Estado, para o particular. Não devem ser confundidos com o termo concessão que ocorre quando o Estado transfere apenas a execução de uma atividade, permanecendo nas mãos dele a titularidade e obrigação da atividade.

2.3 O consenso de Washington

O chamado consenso de Washington ocorreu no final do ano de 1989, na cidade da qual intitula o ato, foi patrocinado por diversas instituições financeira de alto grau de influência na economia mundial na época, além de contar massivamente com o incentivo do governo norte americano, esse o membro com maior interesse no sucesso do consenso. Os Estados Unidos via neste ato, um forte aliado na sua guerra ideológica contra o socialismo stalinista iniciada na guerra fria, era o consenso de Washington um prospector ideológico capitalista frente aos ideais socialistas difundidos na então derrotada União Soviética.

Batista (1994, p.07) evidencia:

A disputa ideológica Leste-Oeste, [...] inviabilizaria a discussão racional e mais serena de alternativas importantes, em particular de outras modalidades de economia de mercado, como as praticadas na Europa ocidental e no Japão. O colapso do comunismo na Europa central e a desintegração da União Soviética, somados à adesão do socialismo espanhol e francês ao discurso neoliberal, facilitaria a disseminação das propostas do Consenso de Washington e a campanha de desmoralização do modelo de desenvolvimento, inspirado pela Cepal, que se havia montado na América Latina [...] de uma participação ativa do Estado, como regulador e até empresário.

Em tese os conceitos do acordo feito em Washington, nada mais é, do que a aplicação pratica das teorias neoliberais, ou para alguns ainda a extensão do liberalismo clássico para os dias mais atuais. Para Chomsky (2004) o consenso de Washington foi um montante de ideias voltadas para o livre mercado, lideradas e quase impostas pelas grandes organizações financeiras na década de 90, que propuseram basicamente que os governos deveriam “ficar fora do caminho” da economia. Suas regras basicamente constituíam a fixação de preço pelo mercado, fim da inflação e a privatização de estatais.

2.3 O Programa Nacional de Desestatização e o histórico de privatizações no Brasil

No Brasil, e inclui-se a América Latina como um todo, tiveram de forma ainda muito tímida as primeiras privatizações na década de 80, o assunto ainda era pouco difundido entre os países emergentes, e ainda pairava no mundo uma serie de incertezas em relação as doutrinas políticas e econômicas, de um lado um socialismo abalado pelo declínio da União Soviética e as sucessivas crises da doutrina keynesiana. Do outro um grande receio quanto as práticas do liberalismo, fruto das grandes crises ainda dos anos 30 e do pós-guerra. Porem com o alento dos Estados Unidos na Guerra Fria em que obteve novamente sua supremacia mundial, os países latinos em especial o Brasil e a Argentina, sofreram forte influências americanas em suas

doutrinas econômicas e políticas, enfraquecidos por inúmeras crises econômicas os países se submeteram as novas teorias liberais dos grandes agentes econômicos americanos. O consenso de Washington demarca um divisor de águas, onde a partir deles as práticas de estado mínimo ganharam força e amplitude em toda a América do sul.

O Brasil que detinha inúmeras empresas estatais ao longo dos anos 70 principalmente nos setores de infraestrutura, demonstrou com o passar dos anos sua ineficácia em gerir um sistema delicado e complexo e então na primeira vez em sua história cria um Programa Nacional de Desestatização em 1990 no governo de Fernando Collor de Melo que para Viola (2011, p.01) propunha os seguintes objetivos:

[...] o de reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público; permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que viessem a ser transferidas à iniciativa privada; contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia; permitir que a administração pública concentrasse seus esforços nas atividades em que a presença do Estado fosse fundamental para a consecução das prioridades nacionais. [...] Estes objetivos demonstram perfeitamente a chegada de um novo arranjo ao cenário político e econômico brasileiro.

Após a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder, o programa que já tinha sido bem explorado por Collor ganhou novos horizontes, com políticas econômicas bem claras o governo de FHC em meio a muitas polêmicas e debates, explorou fortemente as ideologias neoliberais ao todo foram privatizadas mais de 50 empresas durante seus mandatos. Com a vitória de Lula nas eleições de 2002, criou-se uma incógnita em relação aos caminhos que o PND iria traçar, o programa que até então era duramente criticado pelo então presidente, criou novos caminhos, mas não perdeu força, baseado em cima de Concessões, os governos de Lula e Dilma, continuaram na linha de diminuição do estado. Apesar das grandes ações realizadas pelo PND, o Brasil ainda é um dos países que mais possuem estatais entre inúmeras nações mundiais, a figura 1 explicita tal fato.

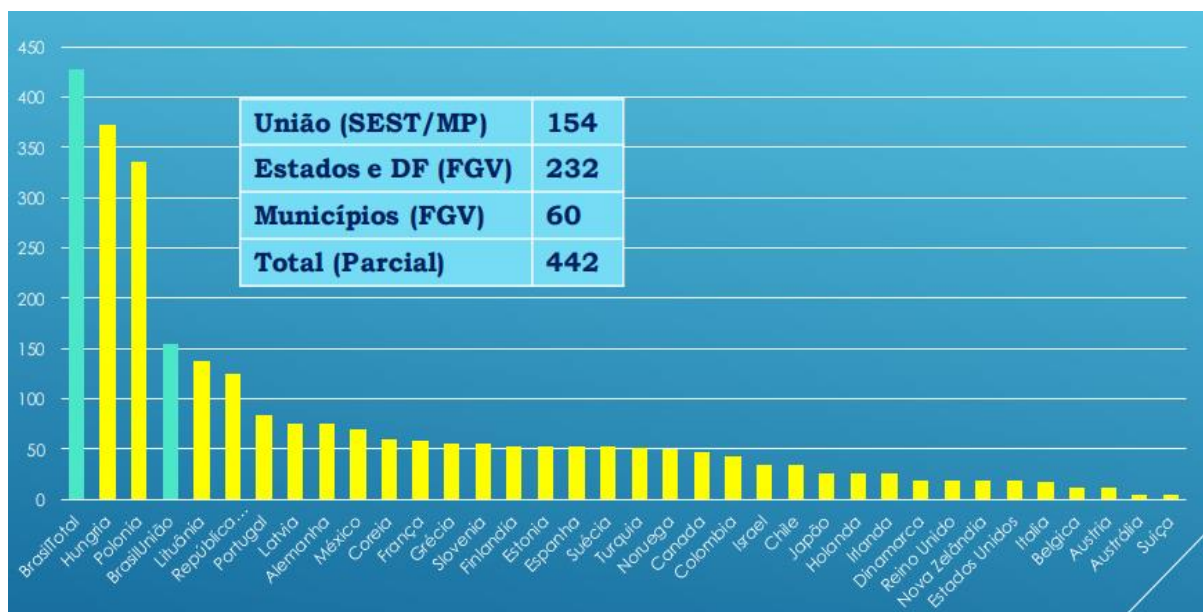


Figura 1: Número de Empresas Estatais na OECD
 Fonte: Observatório da Estatais-FGV (2018)

3 METODOLOGIA

Dispostos no capítulo a seguir, apresentam-se os elementos que esta pesquisa usufruiu e como os mesmos foram aplicados, a modo de explicitar a forma com que foi traçado o perfil lógico deste trabalho, e a manipulação dos dados que geraram as informações necessárias para as teses conclusivas deste artigo.

3.1 Tipo de Pesquisa

O tema privatização possui uma grande e interessante complexidade, trazendo nele aspectos culturais, econômicos e políticos, proporcionando uma difícil análise, sem entender todo o cenário em que este tema está inserido. Para tanto esta pesquisa usou de métodos e materiais que justamente exploravam esses aspectos e pudessem trazer importantes conclusões científicas a respeito do tema. Realizando uma maior familiarização a respeito do tema, esta pesquisa pode ser definida como exploratória que segundo Gil (2002) possibilita maior interação com o tema, tornando-o mais explícito e facilitando a construção de hipóteses, caracteriza-se também por trazer ao pesquisador o refinamento de ideias e descobertas, sendo bastante flexível e considerando inúmeros aspectos ao tema estudado.

Tendo em vista a abrangência do tema analisado, esta pesquisa deu-se através de um conjunto de dados bibliográficos e documentais presentes nos mais diversos estudos científicos, objetivando alcançar o maior número de informações e dados possíveis sendo eles

socioculturais, econômicos ou políticos. A fim de aprofundar o conhecimento do autor perante o tema privatização e assim levantar dados precisos e fundamentar os resultados.

Neste estudo foi feita uma abordagem tanto de forma quantitativa para a criação de relações e dados estáticos dos artigos estudados, quanto da forma qualitativa a fim de se ter uma interpretação subjetiva de conceitos, definições e conclusões particulares dos inúmeros autores e estudiosos do tema, assim criando um estudo aprofundado e preciso, gerando dados mais corretos e confiáveis. Além de um resultado eficaz com informações relevantes ao objeto de estudo. Desta forma a definição de abordagem qualitativa para Sampieri (2006, p. 5) “Enfoque qualitativo utiliza a coleta de dados sem medição numérica, para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação”. Também aplicado a este estudo temos a abordagem qualitativa que é definida por Sampieri (2006, p.5) assim:

Utiliza a coleta e análise de dados para responder as questões de pesquisa e testar as hipóteses estabelecidas previamente, e confia na medição numérica, na contagem e frequentemente no uso de estatística para estabelecer com exatidão os padrões de comportamento de uma população.

3.2 Método de pesquisa

O método de pesquisa aplicado a este estudo é a revisão sistemática, tendo em vista que esse método faz uma releitura crítica e minuciosa de produtos científicos de um determinado tema, e visa ampliar o horizonte do conhecimento científico por uma análise organizada definida em cima de um ou mais critérios estabelecidos previamente. Para Pereira (2017) esse tipo de estudo é uma evolução da revisão bibliográfica que em muita vez acaba baseando-se apenas na experiência científica do autor, que busca por meio de algumas publicações justificar suas teorias, já na revisão sistemática o autor analisará realmente aqueles artigos que atendem aos critérios de inclusão e exclusão e assim chegara a melhores resultados com evidencias. Moher et al. (2010, p. 01) caracterizam:

Uma revisão sistemática é uma revisão de uma questão claramente formulada que usa métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas relevantes, e coletar e analisar dados dos estudos incluídos na revisão. Métodos estatísticos (meta-análise) podem ou não ser usados para analisar e resumir os resultados dos estudos incluídos.

3.3 Delimitações do objeto de estudo

Podemos delimitar a pesquisa aos artigos científicos publicados no período entre os anos de 2000 até 2018 sendo as publicações deste último ano datadas até abril, com o tema “Privatização” no portal de periódicos Capes disponível na rede mundial de computadores, para tanto foram usadas formas diferentes de triagem conforme demonstra a figura 2, objetivando com isso, uma coleta de informações com dados mais precisos e atuais e também pesquisas mais conclusivas em vista dos objetivos propostos, excluindo por sua vez trabalhos fora do tema e do escopo proposto, ou que ainda assim não abrangessem o campo da administração de empresas. Ainda em relação ao período analisado, é argumentado que se buscou com esse fato resultados e estudos mais apurados já com conclusões concretas do grande momento das privatizações ao final da década de 90.

3.4 Técnicas de coleta de dados

Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas duas técnicas de coletas de dados. A primeira foi a pesquisa bibliográfica que além de dar suporte ao referencial teórico, criar o projeto de pesquisa, e ter uma base científica para fundamentar e criar conceitos, foi utilizada para produção da Revisão Sistemática, tendo em vista que tal método baseou-se em um estudo de diversas publicações científicas, para Gil (2002, p. 45) essa técnica de coleta pode ser definida assim: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Também foi utilizada a pesquisa documental, esta fonte de informações foi utilizada para trazer ao trabalho definições e conceitos de determinadas expressões e termos que envolvem o objeto de estudo, assim foi possível ampliar informações e ter maior coerência com as hipóteses criadas, Gil (2002, p. 45) fundamenta:

A pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Quanto à pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

3.4 Delineamento da pesquisa

O trabalho realizado pode ser dividido pelas seguintes etapas: Escolha do tema; levantamento bibliográfico e pré-análise dos recursos científicos existentes em torno do tema; escolha do periódico de pesquisa, delimitação de pesquisa inicial (triagem), análise quantitativa inicial, triagem final por meio de critérios avaliativos do periódico e leitura de palavras-chaves; resumo e introdução selecionando trabalhos acerca da temática escolhida, revisão sistemática dos artigos selecionados com dados qualitativos e quantitativos, análise de resultados e considerações finais.

A definição da temática por parte do autor é atribuída a atual conjuntura política, social e econômica que o tema traz, também se releva os inúmeros embates entre as esferas executivas e legislativas dos governos municipais, estaduais e federais que buscam alternativas para o melhoramento de resultados da máquina pública, ainda acerca do tema podemos englobar uma disputa ideológica histórica entre capitalistas e socialistas. Tendo em vista todos esses aspectos o autor viu no tema um assunto de grande importância para toda a sociedade e em especial para área acadêmica da administração, que para ele é função de todo o administrador estar atento a todo o macro ambiente onde a organização está inserida seja ela privada ou pública, além de conhecer os impactos econômicos que a escolha de privatizar ou não traz as instituições e como afeta o comportamento de consumo da população em geral, e a partir destas conclusões criar estratégias corporativas para obter eficácia nos resultados financeiros e sociais das empresas.

Para realização da revisão sistemática foi escolhido o portal de periódicos Capes para a captação dos artigos a serem analisados, a escolha deste portal deu-se em função da ampla gama de revistas e trabalhos científicos nacionais e internacionais que o portal possui, a ferramenta que é administrada pelo Ministério da Educação (MEC) e possui grande renome nas instituições de ensino nacionais se auto intitula “uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.” Com a escolha do portal Capes como fonte de dados, foram ainda aplicados alguns filtros para que os trabalhos analisados atendessem restritamente a temática proposta, com certo nível de qualidade que é definida pela ferramenta Qualis-periódicos que estratifica a qualidade da produção intelectual dos trabalhos, exalta-se aqui a seleção de periódicos classificados dentro do campo da administração como: A1; A2; B1 e B2.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentam-se neste capítulo os resultados decorrentes a partir da análise bibliométrica dos artigos e da Revisão Sistemática, os dados apresentados possuem características quantitativas quando trançando informações e evidências numerais dos artigos estudados, e características qualitativas, através da apuração de informações intrínsecas expostas de forma textual nos objetos revisados.

4.1 Histórico de publicações

Conforme já delimitado anteriormente, o estudo restringiu-se a publicações no período entre o ano de 2000 até 2018, valendo para este último de análise publicações datadas até abril, onde se deu o início deste estudo, usando o portal de periódicos Capes como fonte de pesquisa e aplicando os filtros inerentes ao delineamento da pesquisa apresentados no item 3.4 deste trabalho, a figura 2 explana a disposição das publicas ao longo do período analisado.



Figura 2: Histórico das publicações
Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

A partir da figura, é possível concluir que no início do período analisado compreendesse os anos de 2000 até 2008, não houve frequentes estudos quanto a temática proposta, é valido mencionar que neste período o Brasil atravessou um momento de forte estabilidade econômica, com a retomada do crescimento, a inflação estabilizada, baixo nível de desemprego. Em contraponto disso verifica-se a maior constância de publicações no período compreendidos entre os anos de 2010 e 2016, durante este tempo a economia brasileira sofreu grandes oscilações que acabaram culminando no forte de crise do período de 2014 até 2017, a dívida

pública aumentou, e o governo foi obrigado a criar o teto de gastos para controlar as contas, relevasse aqui que durante esse mesmo período, os estudos sobre privatização acompanharam de maneira uniforme a crise brasileira.

4.2 Autores

Dentre os artigos que receberam a revisão sistemática, na maioria dos trabalhos há apenas um único autor, esse fato ocorre em 23 publicações, seguido por trabalhos com 2 autores o que se repete em 7 artigos, e os demais são divididos em trabalhos com 3 ou mais autores.

Em todos os artigos revisados, houve apenas 3 autores que tiveram mais de uma publicação, sendo eles: Alessandro André Leme com 3 publicações; Antônio José Pedro Neto com 2, e também com 2 publicações Roberto Grün.

O destaque para Alessandro André Leme, doutor em ciências políticas pela Unicamp, que em seus artigos revisados, procura através do contexto histórico da economia global, elencar os impactos econômicos, sociais e estratégicos que a privatização traz ao país.

Para Antônio José Pedro Neto, os trabalhos por ele publicados possuem um foco bem específico, o comportamento organizacional pré e pós privatização, com uma análise do ambiente interno, com uma análise mais crítica é possível afirmar que os trabalhos se completam, sendo que inicialmente há uma explicitação das mudanças organizacionais resultado da sua reestruturação após a desestatização, e posteriormente uma análise do comportamento dos atores internos que vivenciaram os dois períodos e a influência que as mudanças tiveram sobre o ambiente interno.

Roberto Grün traz uma temática semelhantes em seus trabalhos, ele procura por meio de evidências empíricas, caracterizar o comportamento das “elites” financeiras com o passar dos anos, evidencia como esse grupo se adapta as mudanças governamentais e influência nas ações do mercado econômico e político brasileiro.

4.3 Publicações por Instituições

A figura 3 relata as principais instituições que publicaram sobre o tema, a uma discrepância evidente entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) é as demais, tal fato pode ser justificado em função de que tal instituição possui uma revista científica direcionada exclusivamente a administração pública, e possuir um observatório de estatais.

Com um número um pouco menor de publicações, é inerente também ressaltar a Universidade Federal do Paraná (UFPR), com trabalhos voltados para o âmbito sociológico e político, procura mostrar em um contexto histórico e cultural as práticas do governo brasileiro tentando explicar os motivos que levaram a privatização das empresas em geral.

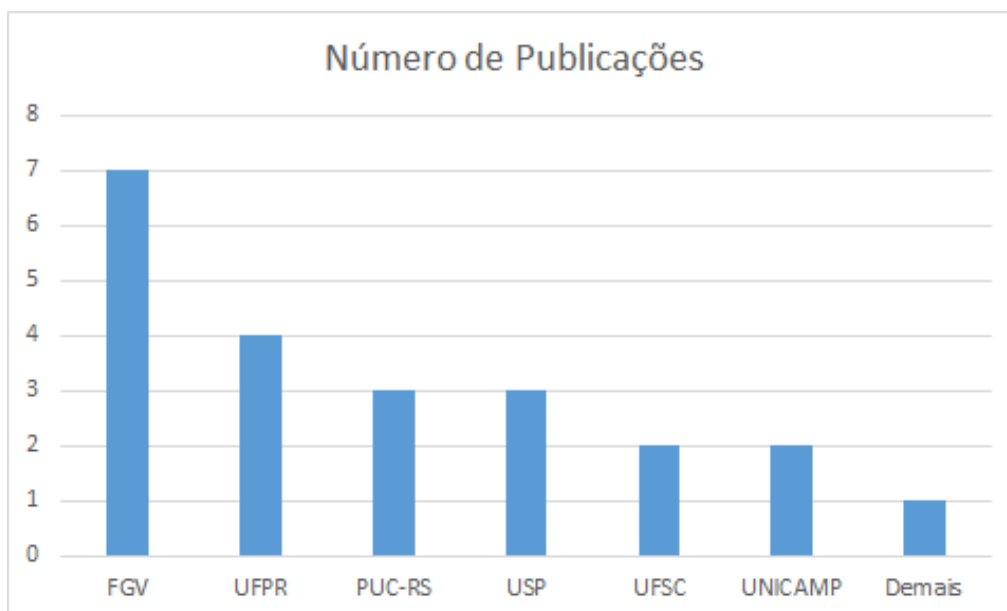


Figura 3: Número de publica
Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

4.4 Setores estudados

Outro ponto de destaque com a análise dos artigos, é a verificação de que há setores em específicos que detém a maior atenção dos autores, em geral esses estudos são estudos de caso que buscam comprovar teses de seus respectivos autores, há também ainda de forma ampla estudos que não possuem correlação com algum setor em específico e se direcionam para um contexto geral de privatizações, abordando aspectos sociais, teorias econômicas comportamentos estratégicos das organizações e do governo. A tabela 1, demonstra as diretrizes estudadas.

Tabela 1: Setores estudados

Setor	Nº de publicações
Elétrico/ Energia	6
Telecomunicação	2
Saneamento Básico	2
Financeiro (Bancos)	2
Petroquímico	1
Saúde	1

Sistema Postal	1
Estudos mistos (Mais de um setor)	1
Geral	22
Total	38

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Destaque para o setor elétrico, que recebeu um considerável número de publicações, datadas recentemente entre o período de 2010 a 2016, tal disposição pode ser explicada pelo grande número de privatizações que o setor recebeu, no âmbito nacional ficou na liderança junto com o setor de telecomunicação, porém no âmbito estadual no que tange aos setores privatizados, o setor elétrico foi disparado o com maior número de processos, dominando quase que 50% da totalidade de privatizações.

4.5 Tipos de pesquisa

Outro aspecto interessante apresentado pelos estudos analisados é quanto ao tipo de pesquisa usados pelos diversos autores, a figura 4 estabelece esse resultado, em geral os estudos tiveram maior cunho qualitativo, seguido por pesquisas quantitativas e por último métodos mistos (quali-quantitativo), a maioria qualitativa se deve ao fato de muitos autores se direcionarem para estudos ideológicos por trás das privatizações, em geral são revisões bibliográficas, e análise documentais que embasam tais estudos. Quanto aos métodos quantitativos os autores em geral analisaram basicamente dados econômicos financeiros e o comportamento organizacional, para os autores que usaram métodos mistos podemos evidenciar que buscaram

uma intersecção entre mais de um assunto, geralmente fazendo a ligação entre a temática social ou ideológica e o comportamento pratico comprovado numericamente.

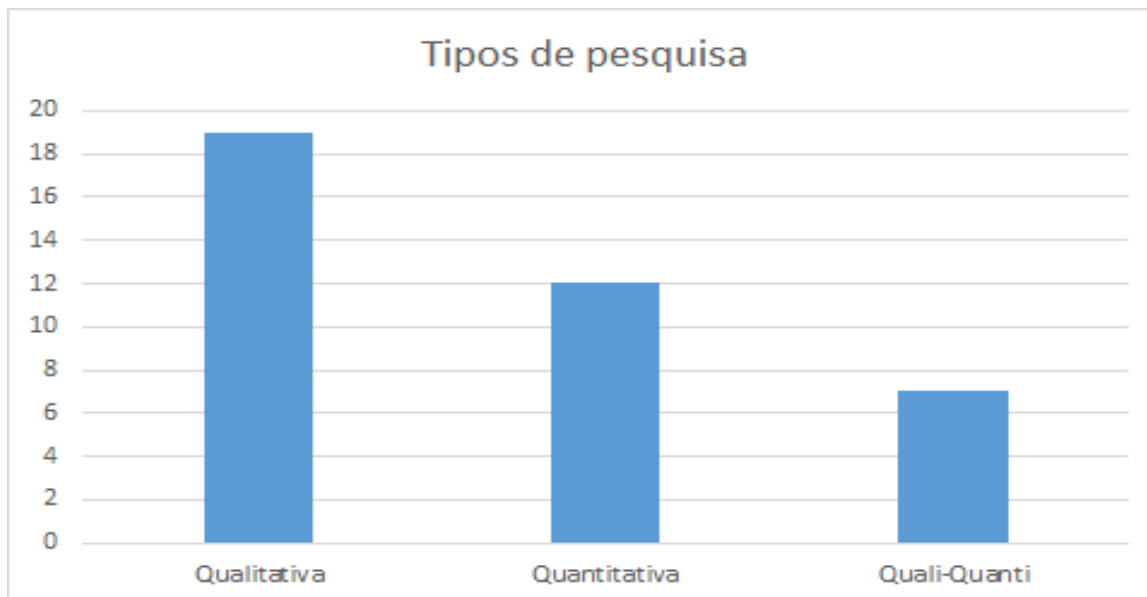


Figura 4: Tipos de pesquisa
Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

4.5 Tópicos abordados pelos autores

Devido à grande amplitude que rege o tema privatização, é visível nos artigos amparados por este estudo os mais diversos canais que podem ser abordados pelos autores, no entanto alguns são fundamentais e imprescindíveis para o fornecimento de informações concretas e dados relevantes, dentro disso pode-se elencar a questão social e a histórica ideologia entre capitalismo e socialismo como inexoráveis a temática. Por muitas vezes esses tópicos se mostraram de forma direta, sendo tema principal das composições científicas, e quando não de forma principal, estão em plano secundário arbitrando as diretrizes dos estudos.

Entre as principais abordagens apresentadas, a estrutura abaixo demonstra os principais enfoques nos artigos analisados:

- a) Sócio- Econômica
- b) Comportamento Organizacional / Estrutura Corporativa
- c) Financeiro-Econômica
- d) Ideologia
- e) Corrupção

A figura 5 elenca o dado quantitativo quanto os tópicos abordados nos estudos, percebe-se um equilíbrio entre as principais temáticas, a discrepância maior é relevante a temática da

corrupção, o assunto que tem tido grande enfoque da mídia nos últimos tempos, ainda é um segmento noviço para a sociedade acadêmica.

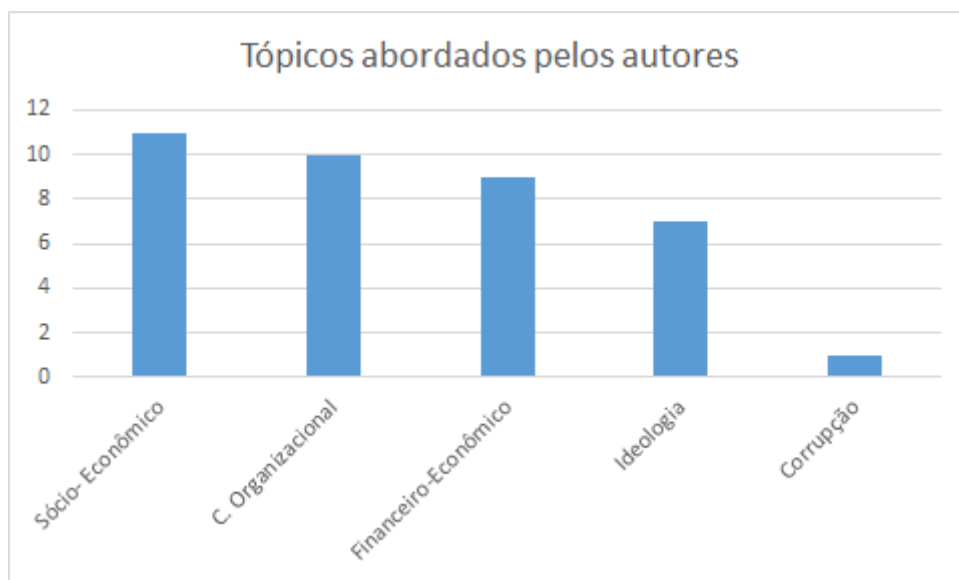


Figura 5: Tópicos abordados pelos autores
Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Indica-se uma leve predominância das abordagens no tema social-econômico, em função do maior impacto que esse tópico traz a sociedade, muitos autores que debatem o tema, possuem uma carreira científica voltada para ciências políticas e sociais. Em geral os textos procuram evidenciar os impactos que a prática ou não da diminuição do estado gera a população em todos os níveis da sociedade, além de relacionar as políticas governamentais quanto a filosófica e ideológica dos partidos, outro aspecto relevante é a forma com que a sociedade se adapta as mudanças sociais resultantes da desestatização. Para explicitar o tópico evidencia-se o artigo “Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária”, de autoria de Alessandro André Leme, no ano de 2015, que busca através de um contexto histórico-estrutural elencar as mudanças sofridas pelo estado e como isso impactou no desenvolvimento social e econômico da sociedade, importante ainda ressaltar as conclusões que o artigo traz Leme (2015, p. 518):

[...] evidenciem que, por diferentes construções teórico-metodológicas, pensar o desenvolvimento econômico e social de um país implica compreender quais estratégias, atores, grupos e classes participarão desse processo. E, mediante quais embates, conflitos e consensos as estratégias para o desenvolvimento se configuram como hegemônicas em um determinado período histórico/temporal[...] fica evidente que as reformas orientadas para o mercado e as privatizações dos setores estratégicos e de serviços públicos ocorridas no final do século XX, principalmente nos países latino-americanos, foram o resultado das fortes pressões externas aos Estados nacionais soberanos, pactuadas internamente por suas elites e demais atores políticos que direta ou indiretamente acabaram por influir nos tipos de escolhas e rumos

escolhidos por seus respectivos países para um tipo específico de estratégia de desenvolvimento.

Outro tópico muito abordado pelos estudos científicos, o comportamento organizacional e a estrutura corporativa têm enfoque muito forte no ambiente interno das organizações pré e pós privatização. Evidenciam-se o comportamento de gestores e como eles foram adaptados para nova política empresarial, demonstrando as suas responsabilidades antecessoras as privatizações e após ela. Há também estudos que demonstram o perfil técnico dos profissionais que as instituições possuíam anterior a desestatização e como esse perfil mudou drasticamente ao decorrer do tempo já com a empresa em âmbito privado. Destaca-se ainda a mudanças das estratégias competitivas a curto, médio e longo prazo mediante a privatização.

Os autores Patrícia Mari Matsuda e Julio Cesar Donadone no artigo “A mudança da carreira dos dirigentes após o processo de privatização: estudo de caso no setor elétrico paulista” de 2017, elenca muito bem a mudança do ambiente interno em uma organização pré e pós privatização, concluindo que a dentro do ambiente organizacional um processo de mudança comportamental e um conversão quanto ao perfil dos gestores e colaboradores a forma de que após a privatização a nova logica predominante era perfis voltados para carreiras na área financeira diferente da época estatal que os perfil dominantes eram com experiência no setor onde a empresa atuava.

Também com uma atenção muito grande de pesquisadores a questão financeira-econômica das instituições que passaram pelo processo de privatização merece destaque, em geral tratam-se de estudos quantitativos, que buscam por meio de análise documentos como balanços, demonstrativos de resultados e investimentos mostrar um perfil de comportamento e saúde financeira da empresa antes a após o período de desestatização, ou ainda muitas vezes fazendo comparativos entre empresa privadas e outras ainda estatais que atuam no mesmo setor, por meio de indicadores de desempenho presentes nas bolsas de valores ou que fazem parte da contabilidade gerencial.

Dos autores Bruno dos Santos Silve; Jeremy Hall; Stelvia Matos e Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira, o artigo “Privatização: Bom ou ruim? Lições do setor de distribuição de energia elétrica do nordeste brasileiro” do ano de 2010, procura por meio da comparação de indicadores de forma quantitativa elencar as diferenças de resultados técnicos e financeiro nos dois períodos (antes e após a privatização) e conclui que o processo de privatização foi sim positivo quanto a questão financeira, isto é, da perspectiva do acionista. Em contrapartida, o mesmo não se pode dizer em relação aos aspectos técnicos como por exemplo a qualidade do

serviço prestado, ou seja, da perspectiva do consumidor, o processo de privatização não gerou melhoria significativas.

O aspecto ideológico que o neoliberalismo traz ao longo do tempo não tem lugar de destaque nas publicações científicas, adotada por estudos na sua grande maioria de cunho qualitativo, os autores buscam por meio do contexto histórico explicar os entraves ideológicos entre “esquerda” e “direita” e o surgimento de cada política ao redor do mundo. Neste cenário os autores em sua maioria são neutros, ou seja, não possuem propensão para nem uma ideologia e com isso não buscam argumentos em seus artigos que defendam um sistema ou outro. O aspecto que é trazido de forma massiva pelos autores é a forma como as ideologias foram implementadas ao redor do mundo e isso refletiu no Brasil. Pode-se afirmar que as teorias surgem em economias e países do “primeiro mundo” e o resto do mundo os acompanham, de forma que dependendo de qual país as economias menores sofrem influências (se de esquerda ou direita) é que vai definir para qual lado esse país subdesenvolvidos vai pender. Este fato fica claro para Hage (2012, p. 89):

A globalização não precisa ser interpretada apenas como instrumento de ideologização a favor de determinados grupos. [...] não pode ser mistificada na condição de fenômeno natural e acima das capacidades políticas das sociedades, usando ou sendo usada, para justificativas que perturbam propostas e projetos nacionais, imputando-lhes juízos negativos. Em parte, foi isso que aconteceu com alguns estados em desenvolvimento que se conformaram a um destino menor e a favor de grupos que tiraram proveito de um ciclo econômico que mostrou sinais de esgotamento.

Em relação ao tópico corrupção, um único estudo abordou o tema, por ser tratar de um assunto novo no meio científico, o mesmo não encontra ainda a atenção da comunidade científica, porém, a tendência é que esse assunto ganhe maior importância futuramente, pois os últimos fatos relacionados ao cenário político brasileiro e as diversas denúncias de corrupção por meio das estatais possivelmente serviram de embase para os mais diversos estudos. O único estudo abordando o tema é o mais recente localizado pela revisão sistemática trata do artigo publicado na Revista de Administração Pública da FGV “Influência da Corrupção nos Gastos das Empresas Estatais” de janeiro de 2018, com autoria de Elias Pereira Lopes Júnior; Samuel Façanha Câmara; Leonino Gomes Rocha e Marcos Ferreira, o estudo que buscou relacionar o custo da corrupção nos gastos de estatais, usou a técnica *Difference-in-Differences* e apurou que em ambientes com elevada corrupção, os gastos governamentais se elevam e os políticos usam a sua influência com o objetivo de obter ganhos políticos/privados.

4.6 Conclusão dos autores

O capítulo a seguir procurou por meio da leitura dos resultados e das conclusões presentes nos artigos revisados interpretar o que eles nos dizem a respeito da privatização de empresas em todos os aspectos entre eles os sociais, os econômicos e os que incidem diretamente no desenvolvimento do país.

De forma geral, os resultados dependem muito da ótica vista analisado pelo estudo, alguns pontos são determinantes para essas conclusões como por exemplo em qual setor as empresas analisadas estão inseridas, qual foi a forma de privatização adota pelo governo, quando analisado aspectos financeiros qual foi o ponto de vista estudado (do acionista, do governo, da população), quando a temática era social, qual feição foi determinante se a da universalidade ou a qualidade dos serviços prestados. Por ser um tema multifacetário muitos são os pontos a serem investigados para definir se a privatização é positiva ou não, e realmente todos os estudos trazem essa amplitude, não há uma regra clara que defina todo o contexto, mas há assim uma similaridade entre alguns resultados, entre os principais resultados obtidos pela aplicação da revisão sistemática pode se listar as conclusões abaixo como as mais pertinentes entre todos os estudos:

- a) A máquina pública brasileira é ineficaz
- b) O Brasil sofre forte influência das economias maiores, principalmente dos EUA quanto as suas doutrinas econômicas
- c) As privatizações trazem maior universalidade dos serviços, porem a qualidade dos serviços não melhora significativamente
- d) O governo inúmero vezes foi obrigado a regulamentar os serviços das empresas privatizadas
- e) Os recursos financeiros usados para investir nas empresas já privatizadas, na maioria dos casos são oriundas do próprio governo
- f) Geralmente as empresas privatizadas ficam na mão de pequenos conglomerados que já tinham influência econômica e políticas anteriormente (bancos, fundos de pensão, grandes grupos empresariais)
- g) Há lucro tanto na empresa estatal quanto na empresa privatizada
- h) O desempenho interno quando a empresa é privatizada aumenta significativamente em relação quando é estatal
- i) Os investimentos na empresa privatizada são maiores que as estatais, porem tais investimentos visam a ampliação do mercado e não a melhoria técnica dos serviços

- j) Tantos os governos ditos de “esquerdas” quanto os governos de “direita” praticam atos de desestatização
 - k) A privatização muda a estrutura interna e o perfil das empresas, que tendam a visar basicamente a maior lucratividade e aumento do mercado consumidor
 - l) Sempre que houve crises econômicas, as privatizações aumentaram, elas elevam investimentos estrangeiros no país, o que a médio prazo traz estabilidade da moeda brasileira
 - m) A globalização tem papel importante nas disseminações ideológicas e políticas do Brasil
- Há ainda alguns resultados muito focalizados em cenários específicos, que divergem da curva normal, como por exemplo estudos que visam uma determina região ou setor, e concluem que com a privatização os serviços prestados tiveram melhorias técnicas amplitude de atendimento (universalidade) e os preços a população seguiram um padrão já praticado pelo estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciado este estudo pairavam muitas incertezas a respeito dos resultados que iriam se obter, tais certezas eram indicadas pela complexidade do tema e do nível de informações geradas pela comunidade científica nos mais diversos campos. Ainda no que diz a respeito aos resultados era necessário ainda dentro dos múltiplos temas fazer uma análise imparcial, e trazer à tona as perspectivas inerentes ao campo da administração que não por menos, é tão complexo quanto o tema abordado por este trabalho.

O grau de importância do tema privatização no mundo atual está mais do que claro, o tema recebe a atenção de inúmeros autores de todos os tipos de esferas acadêmicas, desde estudiosos das áreas da saúde, passando pelas áreas de ciências humanas, engenharias entre tantas outras, o tema ainda ganha mais força quando inserido no contexto global, em um mundo atual onde há uma interligação de informações das mais instituições de ensino ao redor do planeta, o tema que já era por si só de uma complexidade assombrosa, ganhou traços ainda maiores com a globalização, que trouxe para dentro da temática contornos culturais específicos de cada comunidade que o estudava.

Permite-se o autor dizer, que inicialmente, quando ainda fazia suas delimitações a respeito do tema tinha um conceito enraizado de que sim as privatizações eram positivas para o Brasil, e sempre que possível deveriam ser realizadas. Pois bem, ao decorrer da construção deste trabalho e como já mencionado, buscando sempre a visão imparcial do tema, esse conceito

acabará por desaparecer. Não com a certeza de que as privatizações sejam algo maléfico a sociedade brasileira atual, mas sim ao fato de que os estudos apontam que não se pode analisar apenas um ponto entre os inúmeros outros que abordam o tema, há de haver sim um delicado, rigoroso e minucioso estudo de cada situação em que se proponha a privatização, e quais são os principais fatores por trás deste objetivo. Como entre todos os aspectos políticos sociais sempre haverá um lado bom e ruim, dependendo de qual lado você está.

O objetivo deste trabalho, que propunha criar um conglomerado de informações para tomar delimitações acerca do tema, foi atingido com sucesso e fica mais do que claro para autor, que não há uma exatidão que garanta o sucesso das privatizações, numa sociedade atual que diverge de culturas, histórias e contextos, todos os fatores são relevantes e contribuem para o resultado final deste processo. Deve-se sempre ponderar toda e qualquer forma de estudo a respeito do tema, independente do meio em que ele está inserido. Há de existir como em todos os níveis da sociedade um equilíbrio de ideologias, que não busquem entre si uma competição de qual a melhor, mas sim que elas possam se convergir em busca de uma sociedade igualitária, justa e que responda aos anseios da população em todos os seus níveis.

6 REFERÊNCIAS

BNDES– BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL. **Desestatizações**. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>. - Acesso em: 10/06/2018.

BRASIL. **LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm - Acesso em 10/06/2018.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal do problemas latino-americanos. 1994. Disponível em:

http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf – Acesso em 09/06/2018

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. Tradução Pedro Jorgensen. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

COOPER, R. Donald; SCHINDLER S. Pamela. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7ª Ed. São Paulo: Bookman, 2003.

FILHO, José Soares. Serviço Público: conceito, privatização. **Revista Jus et Fides**, ano 2, volume 1, julho de 2002, páginas 97–130. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4169/4169.PDF> – Acesso em 09/06/2018

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAGE, José Alexandre Altahyde. A política energética brasileira na era da globalização: Energia e conflitos de um estado em desenvolvimento. **Rev. Sociologia e Política**. Curitiba, volume 20, n. 41, fevereiro de 2012, páginas 75-91. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n41/a06v20n41.pdf> - Acesso em 15/06/2018.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier. **Do Liberalismo ao Neoliberalismo**. 1ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001

LEME, Alessandro André. Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária. **Revista Sociedade e Estado**, volume 30 n. 2, maio/agosto 2015, páginas 495 – 527. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v30n2/0102-6992-se-30-02-00495.pdf> - Acesso em 11/06/2018.

MOHER, David; LIBERATI, Alessandro; TETZLAFF, Jennifer. ALTMAN, Douglas G. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **International Journal of Surgery**, volume 8, 18 de fevereiro de 2010, páginas 336–341. Disponível em: [https://www.journal-surgery.net/article/S1743-9191\(10\)00040-3/abstract?code=ijsu-site](https://www.journal-surgery.net/article/S1743-9191(10)00040-3/abstract?code=ijsu-site) – Acesso em 09/06/2018

PEREIRA, Aldo Fontes. **Revisão Sistemática da literatura: Como escrever um artigo científico em 72 horas**. 1ª Ed. Rio de Janeiro:Ed do Autor, 2017.

PINTO, Cláudia Maria Borges Costa. **O processo de privatização e desestatização do Estado brasileiro**. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12228/o-processo-de-privatizacao-e-desestatizacao-do-estado-brasileiro> - Acesso em 11/06/2018.

SAMPIERI, Hernández Roberto; COLLADO, Fernández Carlos; LÚCIO, Baptista Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

VILLARREAL, René. **A contra-revolução monetarista: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo**. Tradução Ruy Jungmann. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

VIOLA, Ricardo Rocha. Breve análise acerca do PND – Programa Nacional de Desestatização. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, volume XIV, n. 94, novembro 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10630 - Acesso em 11/06/2018.